



MENCIONE-SE, PUBLIQUE-SE
E EXPEÇA-SE

2004 / 03 / 17

J. M.

REQUERIMENTO N.º 1112/IX (2a) - AC

Exm.º Senhor

Presidente da Assembleia da República

Lisboa, 17 de Março de 2004

Apresentado por: Deputado **Fernando Moniz**, do Partido Socialista

Assunto: Têxtil e vestuário, perspectivas dos vales do Ave e Cávado

Ao abrigo das disposições contratuais e regimentais aplicáveis, o abaixo assinado, deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, dirige ao Senhor Ministro da Economia:

Em recente entrevista, o Sr. Presidente da Associação Portuguesa de Têxteis (APT), salientava que "a retoma económica anunciada pelo Governo não se faz notar e que a retenção indevida e injustificada do IVA das empresas exportadoras, reduz significativamente a competitividade destas", numa conjuntura em que das exportações se espera o grande impulso para a recuperação económica.

Relativamente à eliminação de barreiras alfandegárias decorrente dos acordos GATT, prevista para o próximo ano, a posição da APT é clara: "o problema é gravíssimo e a

F. Moniz

8. MAR 2004

F. Moniz

China é uma grande ameaça, com formas de concorrência diferenciadas da UE, devendo ser tomadas medidas que minimizam os efeitos altamente prejudiciais...”

O Senhor Ministro da Economia, responde que “até ao momento, não foi apresentado ao Ministério, pelas associações do sector, qualquer pedido de investigação do assunto...”, ao mesmo tempo que aguarda um estudo “que permita efectuar uma avaliação do impacto de liberalização”.

Entretanto, a estrutura produtiva, económica e social da sub região do vale do Ave e Cávado agrava-se drasticamente: formação profissional quase nula, diversificação produtiva inexistente, agudização dos problemas ambientais, desemprego massivo (cerca de 50.000 desempregados, destes 60% mulheres), com taxa de crescimento que no último ano atingiu valor superior a 40%.

O resultado é desolador, com centenas de empresas sem orientação estratégica, o sector colocado sob suspeição pelas instituições financeiras, apesar de representar ainda 18% das exportações e 21% do emprego da indústria transformadora.

Perante a ausência de medidas estruturais coerentemente articuladas que justificariam um Plano de Acção Global para o sector do têxtil e vestuário, foi agora apresentado o programa “Dinamo” extensivo ao calçado e que havia sido lançado pelo Sr. Ministro da Economia há cerca de um ano.

Vários empresários e trabalhadores temem que esta iniciativa não passe de mais um anúncio vistoso mas inconsequente, abrangendo apenas as “empresas mais informadas”, deixando de fora as PME. Situação que contrasta com as políticas concretizadas noutros países nossos concorrentes, como por exemplo, a Espanha ou Itália, onde a cooperação empresarial é promovida e monitorizada por Centros Tecnológicos, obreiros de redes de PME competitivas.

Face ao exposto pergunta-se ao Sr. Ministro da Economia:

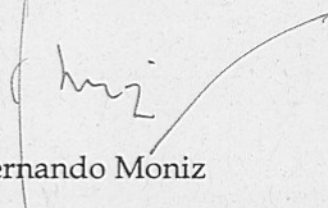
- Como explicar o flagrante desencontro de pontos de vista entre o Governo e as Associações representativas do sector têxtil e vestuário, relativamente à problemática de liberalização e às necessárias providencias que acautelem os interesses das nossas empresas, nomeadamente das PME?

- Como se justifica a apatia do Governo face a tão grave situação, ao ponto de, aparentemente, não saber o que fazer, limitando-se a aguardar, pacientemente, que lhe chegue um estudo sobre o impacto da liberalização? Será necessário um novo "relatório Porter", em versão revista e actualizada, para despertar o Governo para uma intervenção rápida e profunda, preventiva dos choques resultantes das incidências internacionais, rejeitando-se definitivamente o determinismo fatalista, que se limita a antever como próximo, o fim dos têxteis em Portugal?

- Perante esta situação de indefinição global, que mérito ou credibilidade se deverá atribuir ao programa Dínamo, uma vez que não está claramente definido o seu âmbito, relativamente ao universo empresarial, nem são conhecidos os meios envolvidos em cada uma das acções previstas que garantam a sua aplicação efectiva à generalidade das PME, e não apenas algumas, na promoção dos factores imateriais de produtividade, nomeadamente em inovação, formação e cooperação empresarial? Porquê tanto aparato na forma e tanta parcimónia na substância?

- Para quando a efectiva concretização das também há já algum tempo anunciadas, medidas de diversificação do tecido produtivo dos Vales do Ave e Cávado, excessivamente dependentes dos sectores ditos tradicionais? Vamos também neste capítulo ficar pelas boas intenções?

O Deputado



Fernando Moniz